Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

2026 *by Editora Artemis*
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Artemis

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira
	Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Financiamento	Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7
Imagem da Capa	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira - Arquivo pessoal
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuat*o, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona,* Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof.ª Dr.ª Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis,* Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo,* México
Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – Universidade de Coimbra, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University,* Russia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero – Universidad de Oviedo, Espanha
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F672 Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas [livro eletrônico] : Volume 2: O Caso da Alta Mogiana / Organizadores Rubmara Ketzer Oliveira, Eduardo Eugênio Spers. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-82858-17-8
DOI 10.37572/EdArt_060826178

1. Indicações geográficas. 2. Marcas coletivas. 3. Alta Mogiana (SP). I. Ketzer Oliveira, Rubmara. II. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 341.758

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

Este livro é fruto do Projeto **"Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo-benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros"**, desenvolvido na Universidade de São Paulo, por meio da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7.

Os organizadores e autores registram seu reconhecimento e agradecimento à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, fundamental para a realização das pesquisas de campo, visitas técnicas, análises, articulações interinstitucionais e atividades de difusão científica que tornaram possível a construção desta obra. O suporte concedido reafirma a relevância das políticas públicas de fomento à pesquisa para o avanço do conhecimento aplicado ao desenvolvimento territorial sustentável.

As Indicações Geográficas consolidaram-se, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de valorização territorial, capazes de articular origem, identidade, produção, cultura, conhecimento tradicional e desenvolvimento econômico. Em países como o Brasil, marcados por grande diversidade ambiental, produtiva e sociocultural, esses mecanismos assumem papel estratégico ao reconhecer singularidades locais, fortalecer arranjos produtivos, estimular a cooperação entre os atores e promover formas coletivas de agregação de valor.

Esta obra dá continuidade às reflexões iniciadas no primeiro volume, dedicado à Serra da Canastra e à experiência de consolidação do Queijo Canastra como produto de origem reconhecida. Se naquele contexto a análise se concentrou nas relações entre tradição, patrimônio cultural, organização produtiva e reconhecimento territorial, o presente volume volta-se à Alta Mogiana, região historicamente vinculada à cafeicultura e reconhecida pela produção de cafés especiais de elevada qualidade.

Ao longo de seus 14 capítulos, este Volume II reúne estudos que analisam a Indicação Geográfica Alta Mogiana sob diferentes perspectivas, integrando contribuições da história, geografia, agronomia, economia, administração, gestão, educação, inovação, sustentabilidade, comunicação e comportamento do consumidor. O conjunto evidencia que uma Indicação Geográfica não se limita à delimitação de um território ou à concessão de um registro formal. Sua consolidação depende da interação entre recursos naturais, conhecimentos produtivos, instituições, estratégias de governança, relações de mercado e significados construídos coletivamente.

Os capítulos iniciais recuperam a trajetória histórica da **Indicação Geográfica Alta Mogiana** a partir da visão de seus pioneiros e do engajamento dos stakeholders que participaram de sua construção. Em seguida, a obra aborda os processos de

uso e ocupação do território, as transformações econômicas e sociais da região e as possibilidades de integração entre cafeicultura, Indicação Geográfica, desenvolvimento territorial e turismo. A caracterização ambiental complementa essa leitura ao apresentar as dinâmicas de uso e cobertura da terra, as condições climáticas e edáficas e os desafios relacionados à conservação dos atributos naturais que sustentam a qualidade e a identidade dos cafés produzidos na região.

Na sequência, o livro amplia a análise para o sistema agroindustrial do café no Brasil, situando a Alta Mogiana em um contexto marcado por transformações produtivas, mudanças regulatórias, exigências socioambientais e novas tendências de consumo. A discussão sobre território, qualidade e reputação demonstra como a origem geográfica, a tradição produtiva e as condições edafoclimáticas contribuem para a diferenciação do café e para a construção de confiança junto ao mercado. A Indicação Geográfica assume, assim, o papel de sinal de procedência e autenticidade, capaz de reduzir incertezas e ampliar o valor percebido dos produtos associados ao território.

Outro eixo central da obra refere-se ao papel das instituições públicas, das entidades de fomento e dos mecanismos de gestão na estruturação e no fortalecimento da Indicação Geográfica. Os capítulos dedicados a essa temática evidenciam que a consolidação da Alta Mogiana resulta de esforços articulados envolvendo regulamentação, assistência técnica, organização dos produtores, formação da governança e preparação dos empreendimentos para o mercado. A aplicação de ferramentas de gestão estratégica permite identificar forças, fragilidades, oportunidades e ameaças, além de propor ações voltadas à ampliação da adesão à IG, à valorização da origem e ao fortalecimento da coordenação institucional.

A governança territorial também é examinada a partir dos desafios decorrentes da sobreposição entre a Indicação de Procedência Alta Mogiana e a Indicação de Procedência Sudoeste de Minas. Essa situação revela tensões entre os limites estabelecidos pelas normas, os vínculos de pertencimento e as identidades construídas historicamente pelos atores locais. Ao mesmo tempo, demonstra que áreas de interseção podem representar tanto riscos de fragmentação institucional quanto oportunidades para a cooperação, o diálogo e a construção de arranjos compartilhados de valorização territorial.

A obra avança na compreensão da Indicação Geográfica como um possível ecossistema de inovação. Nessa perspectiva, sua capacidade de gerar novos conhecimentos, arranjos produtivos e formas de organização depende da qualidade das relações entre os atores, da gestão dos conflitos, da mediação das assimetrias de poder e da construção de objetivos compartilhados. A inovação territorial não decorre automaticamente da certificação, mas da capacidade coletiva de transformar recursos, conhecimentos e vínculos institucionais em novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse processo, a educação profissional ocupa posição estratégica. A formação técnica vinculada às especificidades da cafeicultura regional contribui para integrar conhecimentos científicos e saberes tradicionais, qualificar a mão de obra, fortalecer a identidade produtiva e preparar profissionais para atuar em uma cadeia cada vez mais orientada pela qualidade, sustentabilidade e inovação. A aproximação entre educação, território e sistema produtivo amplia as possibilidades de inserção profissional e contribui para a continuidade dos conhecimentos e práticas associados à cafeicultura da Alta Mogiana.

Os desafios da sustentabilidade são abordados por meio da análise das relações entre Indicações Geográficas, certificações de qualidade, normas voluntárias, neutralidade de carbono e novas exigências ambientais. Os estudos demonstram que esses instrumentos possuem objetivos distintos, embora possam atuar de forma complementar na agregação de valor, na rastreabilidade e na melhoria do desempenho socioambiental da cadeia. A agricultura regenerativa é apresentada tanto como conjunto de práticas voltadas à conservação do solo, da água e da biodiversidade quanto como narrativa de diferenciação e fortalecimento da identidade territorial.

Nos capítulos finais, a obra desloca o olhar para a comunicação e para o consumidor. As narrativas presentes nas embalagens dos cafés especiais revelam como tradição familiar, território, sustentabilidade, qualidade sensorial e afetividade são mobilizados na construção de valor simbólico. O café passa a comunicar não apenas atributos físicos, mas histórias, memórias, paisagens e modos de vida associados à Alta Mogiana. Essa dimensão é complementada pela análise das emoções e motivações envolvidas no consumo, demonstrando que a experiência com o café reúne benefícios funcionais, estímulos sensoriais, lembranças e significados que influenciam a percepção e a valorização do produto.

Ao reunir contribuições de diferentes áreas do conhecimento, esta obra busca não apenas documentar a trajetória da Indicação Geográfica Alta Mogiana, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, produtores, associações, cooperativas, instituições de ensino e agentes de desenvolvimento interessados em compreender e fortalecer as Indicações Geográficas no Brasil.

Esperamos que o livro contribua para ampliar o debate acadêmico, apoiar a construção de estratégias coletivas e inspirar novas iniciativas em territórios que compartilham desafios e potencialidades semelhantes.

Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

HISTÓRIA DA IG ALTA MOGIANA NA VISÃO DE SEUS PIONEIROS: UMA ANÁLISE DO ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS

Renata A Forato
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261781

CAPÍTULO 2 ..... **9**

USO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO ALTA MOGIANA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATUAL, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E TURISMO

Everlysy dos Santos Messas Valerio
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Carlos Eduardo de Freitas Vian

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261782

CAPÍTULO 3 ..... **26**

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E DINÂMICAS DE USO E COBERTURA DA TERRA NA IG ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Anderson Victor dos Santos
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261783

CAPÍTULO 4 ..... **50**

O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL: PANORAMA, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Sandra Mara de Alencar Schiavi
Marcelo Marques de Magalhães
Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261784

CAPÍTULO 5 82

TERRITÓRIO, QUALIDADE E REPUTAÇÃO: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ALTA MOGIANA

Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261785

CAPÍTULO 6 93

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE GOVERNO E DE FOMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Francisco José Mitidieri
Antonio Lopes Junior
Benedito Donizetti dos Santos
Carlos Reys Vukomanovi
Francisco Rodrigo Martins
Marcia Cristina de Moraes
Ricardo Moncorvo Tonet
Vivaldo Alberto Viganó
Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
João Paulo R. Arciprete
Simone Goldman Batistic Ribeiro

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261786

CAPÍTULO 7 107

GESTÃO ESTRATÉGICA EM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: O CASO DA ALTA MOGIANA

Maria Eduarda Fernandes Ignácio
Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261787

CAPÍTULO 8.....**124**

ENTRE A SOBREPOSIÇÃO NORMATIVA E A IDENTIDADE: DESAFIOS DE GOVERNANÇA ENTRE A IP ALTA MOGIANA E A IP SUDOESTE DE MINAS

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Everlysy dos Santos Messas Valerio
Débora Dias Panicachi
Eduardo Eugênio Spers
Francisco José Mitidieri

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261788

CAPÍTULO 9..... **146**

A IG DA ALTA MOGIANA E A GENERATIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Fábio Nazhar
Felipe Mendes Borini
José Afonso Mazzon
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261789

CAPÍTULO 10.....**163**

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO FORTALECIMENTO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

Anderson Victor dos Santos
Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617810

CAPÍTULO 11.....**178**

SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DO CAFÉ: INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE, NORMAS VOLUNTÁRIAS DE SUSTENTABILIDADE E NEUTRALIDADE DE CARBONO

Danielle Mendes Thame Denny
Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617811

CAPÍTULO 12 206

A PRÁTICA DA AGRICULTURA REGENERATIVA NO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617812

CAPÍTULO 13 218

O CAFÉ COMO NARRATIVA: STORYTELLING, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NOS CAFÉS DA ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Sabrina Godinho Rebouças
Breno Rodrigues Acacio
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617813

CAPÍTULO 14 238

AS EMOÇÕES E MOTIVAÇÕES NO CONSUMO DE CAFÉ

Laleska Rossi Moda
Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617814

SOBRE OS ORGANIZADORES 247

ÍNDICE REMISSIVO 248

CAPÍTULO 6

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE GOVERNO E DE FOMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Francisco José Mitidieri
Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Estado de São Paulo/Ministério de Agricultura e Pecuária/MAPA
http://lattes.cnpq.br/1323550447959782

Antonio Lopes Junior
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
https://lattes.cnpq.br/2798018023830490

Benedito Donizetti dos Santos
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Carlos Reys Vukomanovi
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
http://lattes.cnpq.br/5435812380821550

Francisco Rodrigo Martins
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
http://lattes.cnpq.br/7307292257403867

Marcia Cristina de Moraes
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
http://lattes.cnpq.br/2009642898414283

Ricardo Moncorvo Tonet
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Vivaldo Alberto Viganó
Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
https://orcid.org/0009-0000-1042-7014
http://lattes.cnpq.br/9070756164596560

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-5806-8863
http://lattes.cnpq.br/1720773247376743

João Paulo R. Arciprete
SEBRAE
Escritório Regional de Franca
https://orcid.org/0000-0002-4848-8848
http://lattes.cnpq.br/8946449681000920

Simone Goldman Batistic Ribeiro
SEBRAE
Escritório Regional de Franca
https://orcid.org/0009-0007-4514-1869
http://lattes.cnpq.br/3215997360049187

RESUMO: As Indicações Geográficas (IGs) têm se consolidado como uma importante política de valorização para a cafeicultura paulista, com o estado de São Paulo hoje abrigando vários dos registros nacionais para o produto. A conquista de cada selo é resultado de um esforço colaborativo, no qual

as atuações do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) são atores fundamentais e complementares. A atuação abrange desde o fomento à política pública até o apoio técnico e a gestão empreendedora no campo. O MAPA como órgão federal, se dedica sobretudo com emissão de regulamentos gerais que norteiam os processos de registro de IG, ampliando o alcance e os benefícios dessa certificação. A CATI vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) oferece ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) oferece o conhecimento técnico do território para os produtores rurais e suas organizações. Estimula de forma contínua os produtores do estado de São Paulo na produção e aspectos de qualidade do produto, além de auxílio na organização dos produtores. A CATI é emissora do Instrumento Oficial de Delimitação Geográfica para os pedidos de IG do estado de São Paulo do ramo agroalimentar. O SEBRAE atua na estruturação da governança, da competitividade, do empreendedorismo e na preparação dos pequenos negócios para o mercado. A atuação das instituições cada qual com sua peculiaridade, engloba os aspectos necessários à formação e consolidação de uma Indicação Geográfica.
PALAVRAS-CHAVE: regulamentos oficiais; desenvolvimento territorial; extensão rural; agregação de valor; empreendedorismo.

THE CONTRIBUTION OF GOVERNMENT AND DEVELOPMENT INSTITUTIONS TO THE ESTABLISHMENT OF THE ALTA MOGIANA COFFEE GEOGRAPHICAL INDICATION

ABSTRACT: Geographical Indications (GIs) have become an important value-added policy for coffee farming in São Paulo, with the state now hosting several national registrations for the product. The achievement of each seal is the result of a collaborative effort, in which the actions of the Ministry of Agriculture and Livestock (MAPA), the Directorate of Integral Technical Assistance (CATI), and the Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises (SEBRAE) are fundamental and complementary actors. Their work ranges from promoting public policy to providing technical support and entrepreneurial management in the field. MAPA, as a federal agency, is primarily dedicated to issuing general regulations that guide the GI registration processes, expanding the reach and benefits of this certification. CATI, linked to the Secretariat of Agriculture and Supply of the State of São Paulo (SAA), offers Technical Assistance and Rural Extension (Ater) services, providing technical knowledge of the territory to rural producers and their organizations. It continuously encourages producers in the state of São Paulo in production and product quality aspects, in addition to assisting in the organization of producers. CATI issues the Official Instrument of Geographical Delimitation for GI (Geographical Indication) applications in the agri-food sector in the state of São Paulo. SEBRAE works on structuring governance, competitiveness, entrepreneurship, and preparing small businesses for the market. The actions of each institution, with its own particularities, encompass the aspects necessary for the formation and consolidation of a Geographical Indication.
KEYWORDS: official regulations; territorial development; rural extension; value aggregation; entrepreneurship.

1. INTRODUÇÃO

Compreende-se que a dinâmica de fomento, sensibilização e execução das Indicações Geográficas no Brasil passa por uma coesão na Governança Territorial. Ao adentrar o território, as instituições possuem papel fundamental não só na coesão territorial, mas na valorização dos saberes e fazeres, bem como na criação de elos solidificados para uma governança resistente. É nesse sentido que se remete a North (1991), o qual aponta que a matriz institucional consiste em uma teia interdependente de instituições e consequentes organizações políticas e econômicas.

No que concerne às Indicações Geográficas, essa Governança Territorial está atrelada ao papel das instituições e à sua capacidade de capilaridade junto aos entes territoriais. D'Alexandria e Ananias (2026) apontam que a governança territorial aparece como o alicerce desse processo, garantindo que os benefícios da IG retornem à própria comunidade e que as decisões sejam compartilhadas. Na mesma linha, D'Alexandria e Acácio (2026) afirmam que, ao tratar de tal conceito, avança-se para o debate sobre o território e os atores que o constituem e o dinamizam. É neste contexto que o referido artigo se constitui, com o objetivo de trazer à baila o papel das instituições na Governança Territorial da Indicação de Procedência Alta Mogiana. Neste diapasão, entende-se, a partir de Dallabrida (2022), que a Governança Territorial pode ser compreendida como processos de articulação de atores no âmbito de um território, de base colaborativa, envolvendo os agentes estatais e representações dos setores sociais, produtivo-empresarial e universitário.

Portanto, este capítulo aborda a contribuição de instituições públicas como o Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA, na esfera federal, a Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SAA) na esfera estadual, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE no fomento e articulações para o pleito e registro da Indicação Geográfica (IG) do Café da Alta Mogiana, na espécie Indicação de Procedência.

2. METODOLOGIA

Neste contexto, aponta-se que o presente artigo trata-se de um trabalho de natureza qualitativa e descritiva, pautado em um método do Relato de Experiência Coletivo, bem como do uso da Pesquisa Documental. A proposta metodológica justifica-se pela composição do corpo de autores, formado por gestores e técnicos diretamente envolvidos no fomento, na estruturação e na consolidação da Indicação de Procedência (IP) do Café da Alta Mogiana pelas instituições intervenientes: Ministério da Agricultura

e Pecuária (MAPA), Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI/SAA-SP) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A coleta de dados, aqui empreendida, adentra a reconstrução histórica e analítica do papel institucional na governança territorial da IG baseou-se em duas fontes principais de evidências:

1. Memória Institucional e relatos: Busca pelo resgate de memórias coletivas de atuação tenica e prática por parte dos gestores envolvidos nas referidas instituições ao longo dos anos na IP Alta Mogiana, entre os anos de 2007 e 2026.
2. Pesquisa Documental: análise de arcabouços regulatórios, normativas e relatórios técnicos oficiais no que concerne das Indicações Geográficas em suas diferentes escalas, do Brasil ao estado de São Paulo;

Os dados e relatos foram tabulados e categorizados cronologicamente de acordo com as fases de evolução da IG da Alta Mogiana: depositada em 2007, concedida em 2013 e reestruturada em termos territoriais a partir de 2022 (passando a englobar 23 municípios entre SP e MG). A análise dos resultados foi realizada à luz das teorias de Matriz Institucional (North, 1991) e Governança Territorial (Dallabrida, 2022), discutindo como a capilaridade e a complementaridade das ações do MAPA, da CATI e do SEBRAE atuaram como alicerces para o desenvolvimento regional e o fortalecimento dos pequenos produtores.

3. A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA-MAPA PARA A CONSTRUÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA CAFÉ DA ALTA MOGIANA

No MAPA as Indicações Geográficas e Marcas Coletivas estão atualmente sob a gestão da Coordenação de Articulação Agroindustrial e Agregação de Valor - COAAV da Coordenação-Geral de Fomento à Agroindústria - CGCOA, do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas - DECAP da Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR.

O trabalho da equipe da Divisão de Desenvolvimento Rural -DDR vinculadas às Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária-SFAs nos estados da federação utiliza metodologia adaptada da Food And Agriculture Organization-FAO da Nações Unidas que compreende três fases de atuação: Prospecção, Sensibilização e Fortalecimento. De forma resumida, inclui a prospecção de potenciais IGs, a articulação com demais instituições participantes, envolvimento das lideranças e de produtores do território, coordenação de reuniões e troca de informações sobre outras IGs já reconhecidas

no Brasil e no mundo, orientação sobre os documentos necessários para o depósito do pedido no Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI e elaborar, em conjunto com demais órgãos oficiais, um dos documentos obrigatórios para o reconhecimento: o documento de delimitação geográfica do território, denominado Instrumento Oficial-IOD para o caso de produtos agroalimentares (INPI, 2026). O MAPA também participa, coordena em muitos estados da federação e incentiva a implantação dos Fóruns Estaduais de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas (Mitidieri, 2024)

A contribuição do MAPA no caso do café da Alta Mogiana se deu por meio da equipe técnica da então Coordenação de Indicação Geográfica-CIG da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, posteriormente Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (BRASIL, 2019) com apoio da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário-DEPDAG da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo[1], em cumprimento ao seu papel institucional regimental de fomento às Indicações Geográficas brasileiras.

O pedido para Indicação Geográfica na espécie de Indicação de Procedência-IP para o café Alta Mogiana foi depositado no INPI em 26/09/2007 pela Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região da Alta Mogiana-AMSC cuja concessão foi publicada na Revista de Propriedade Industrial-RPI 2228, de 17 de setembro de 2013. A partir de 2017, já com planejamento estratégico baseado nos 4 pilares, a saber: orgulho, autenticidade, excelência e origem, além da participação em concursos de qualidade de café, a AMSC iniciou as tratativas e reuniões com o MAPA e demais entidades para alteração do registro da IG. A princípio cogitou-se de se obter novo registro na espécie Denominação de Origem-D.O. o que naquele momento não prosperou. E, também, para a inclusão de mais 1 município paulista e 7 municípios do estado de Minas Gerais ao território originalmente reconhecido e atualização da logomarca.

Em 2020 a AMSC encaminhou solicitação ao MAPA para a emissão do Instrumento Oficial anexando os documentos comprobatórios de resgate histórico e geografia do território. Após a análise e complementações necessárias por parte da AMSC para o embasamento técnico, o MAPA elaborou em 2022 o novo IOD[2]. Neste documento a equipe da CIG/MAPA descreve:

[1] PORTARIA No 428, DE 09 DE JUNHO DE 2010. Art. 27 Às Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete:
I - promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:
a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em:
1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e
2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;

[2] NOTA TÉCNICA Nº 16/2022/CIG/CGAV/DEPROS-SDI/SDI/MAPA. Documento Interno processo SEI 21052.017501/2020-41

> "Os fatores considerados na delimitação da área da IG foram os seguintes: Histórico de produção de café na região: O complexo cafeeiro que envolve a Alta Mogiana teve a sua consolidação no século XIX, sendo que um dos fatores que contribuiu para isso foi a expansão ferroviária.....Assim sendo, evidencia-se que toda a região da então conhecida Alta Mogiana, abrangendo territórios de municípios dos estados de Minas Gerais e São Paulo, tem mais de um século de história com relação à produção cafeeira. Rede ferroviária enquanto elemento de integração regional: Nota-se, portanto, que além de servir como elemento de integração regional, a ferrovia foi um dos fatores que contribuiu para a expansão do complexo cafeeiro, envolvendo também municípios do estado de Minas Gerais. Sendo assim, evidencia-se a influência que a ferrovia teve no próprio nome pelo qual a região passou a ser reconhecida, associado ao produto café. Reconhecimento atual da região enquanto produtora de cafés especiais: A Alta Mogiana vem sendo reconhecida no mercado quanto à produção de cafés de qualidade, os cafés especiais. Essa situação vem se consolidando ao longo do tempo, com participações em concursos de qualidade, sendo evidenciada em diversas notícias na imprensa sobre o assunto, muitas das quais estão referenciadas no item "9. REFERÊNCIAS" desta Nota Técnica. Nesse sentido, encontram-se referências recorrentes a produtores de cafés dos municípios da região com algum tipo de premiação e reconhecimento no mercado." (MAPA, 2022).

Após a alteração do território e nova publicação do reconhecimento da IG pelo INPI, a Indicação Geográfica de Café na espécie Indicação de Procedência, "Alta Mogiana" passou a englobar 16 municípios de São Paulo e 7 de Minas Gerais, conforme relação abaixo por estado, totalizando 23 municípios: São Paulo: Altinópolis, Batatais, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Santo Antônio da Alegria e São José da Bela Vista. Em Minas Gerais: Cássia, Capetinga, Claraval, Ibiraci, Itamogi, São Tomás de Aquino e São Sebastião do Paraíso.Interessante pontuar a relevância dos elementos históricos e da geografia social apontados pelo Instrumento Oficial. A ocupação do território da Alta Mogiana por fluxo de emigrantes produtores de café, a ferrovia como um eixo de integração regional e um dos fatores que contribuiu para a expansão do complexo cafeeiro, envolvendo municípios do estado de São Paulo e de Minas Gerais e a fama dos cafés ali produzidos. Portanto, "evidencia-se a influência que a ferrovia Mogiana teve no próprio nome pelo qual a região passou a ser reconhecida, associado ao produto café."

Por fim, fica a observação de que quando bem utilizadas e boa governança o instituto das IGs previsto na Lei de Propriedade Intelectual-LPI, Lei 9.279/1976 podem atuar como ferramentas estratégicas para proteção do patrimônio intelectual imaterial, valorizar as pessoas e elevar o valor intangível dos produtos. E ainda incentivam práticas coletivas de governança.

4. A CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI) PARA A CONSTRUÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA.

É importante salientar a contribuição e papel fundamental da CATI no que tange a governança territorial no contexto das Indicações Geográficas no estado de São Paulo. Nota-se a atribuição dada a referida instituição a partir da transferência de atividades, antes junto ao MAPA, e agora junto a equipe técnica da CATI. Para tal, o presente capítulo se objetifica em trazer o papel da CATI junto a IP Alta Mogiana.

4.1. ATRIBUIÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA) NA PESQUISA E EXTENSÃO RURAL

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) tem um histórico de apoio à atividade agropecuária do estado de São Paulo, destacando-se na área da pesquisa o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), fundado em 1892 e que ao longo de sua atuação desenvolveu diversas variedades de café (IAC 125 RN; IAC Catuaí SH3; IAC Obatã 4739; e IAC Ouro Verde, entre outros). As variedades, desenvolvidas pelo IAC, foram amplamente difundidas entre os produtores e se consolidaram como a base da lavoura cafeeira do estado de São Paulo, não excluindo a importância de outras variedades que foram inseridas em momentos seguintes.

A fundação em 1967 da Coordenadoria, e hoje Diretoria de Assistência Técnica Integral – CATI proporcionou aos produtores paulistas serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em diversas nuances. A CATI adota como referenciais de sua atuação o desenvolvimento rural sustentável, compreendido em suas dimensões econômica, ambiental e social, o planejamento participativo e o fortalecimento das formas associativas e cooperativas. Sua missão institucional expressa claramente esse direcionamento: “Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”. A CATI no decorrer dos anos fundamentou-se sempre na difusão de conhecimentos, tecnologias e práticas sustentáveis, bem como ao apoio à organização rural, junto aos produtores rurais e suas famílias, buscando promover aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos, redução de custos de produção e ampliação da renda no campo.

4.1.1. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH)

Entre as ações mais relevantes desenvolvidas pela CATI está o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH – 2000/2008), cujas ações foram a adoção de

práticas conservacionistas integradas. Entre as tecnologias mais difundidas estão o Sistema de Plantio Direto (SPD), sendo os resultados extremamente exitosos. A área cultivada em SPD expandiu de 35 mil hectares até então para mais de um milhão de hectares em todo o estado. Se, por um lado, a difusão de práticas sustentáveis figurou entre os principais pontos positivos, por outro, o incentivo às organizações rurais mostrou-se igualmente relevante. Na ocasião, foram criadas várias associações de produtores rurais, contempladas com subvenções econômicas ao longo do Programa, e muitas delas se mantiveram ativas posteriormente.

Mais do que o enfoque produtivo, a extensão rural desenvolvida pela CATI possui caráter amplo e transformador, voltado à valorização do homem do campo, ao fortalecimento das comunidades rurais e à promoção do desenvolvimento social. Nesse contexto, a assistência técnica concentra-se nos aspectos produtivos das atividades agropecuárias, enquanto a extensão rural atua na construção de capacidades, na organização social, na gestão participativa e no fortalecimento da cidadania rural.

A evolução do meio rural paulista nas últimas décadas reforça ainda mais a importância da extensão rural como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial. Atualmente, a atividade rural transcende a produção agropecuária e agroindustrial, incorporando novas funções econômicas, ambientais, culturais e até turísticas, relacionadas à conservação e recuperação ambiental, produção de água, turismo rural, gastronomia, lazer e valorização da identidade territorial.

Nesse cenário, torna-se evidente a relevância histórica da atuação da CATI no fortalecimento das cadeias produtivas regionais e na construção das condições necessárias para o reconhecimento de processos de certificação, entre elas as Indicações Geográficas.

4.1.2. O Projeto de desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado

A atuação extensionista da SAA por intermédio da CATI foi fortalecida pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (2011/2018).[1] O Projeto foi executado pela SAA em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), beneficiando, a partir de 2011, 265 organizações rurais com 422 Projetos, incluindo associações, cooperativas, comunidades indígenas e quilombolas. Foram beneficiárias organizações rurais de todas as regiões do estado de São Paulo das mais diversas cadeias produtivas, inclusive a do café da região da Alta Mogiana.

Tabela 1. Organizações Rurais da Região da Alta Mogiana

Regional	Município	N. de Projetos	Organização Rural	Valor do Projeto	Valor do Apoio do Projeto
Franca	Franca	2	COCAPEC - Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas	796615,45	557630,82
Franca	Jeriquara	2	Associação dos Produtores Rurais do Município de Jeriquara	1057339,39	740137,57
Franca	Santo Antonio da Alegria	1	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Antinha	749300,00	524510,00
				2603254,84	1822278,39

Os Planos de Negócios do Projeto necessariamente deveriam ter no mínimo de 15 produtores familiares, e a correlação da disponibilização das subvenções eram: até 70% de agricultores familiares, a subvenção era de 70% do valor do negócio, cujo valor máximo era R$800.000,00. Desta forma, o Projeto era destinado a agricultores familiares, consolidando mais uma vez a atuação da CATI no apoio aos agricultores familiares.

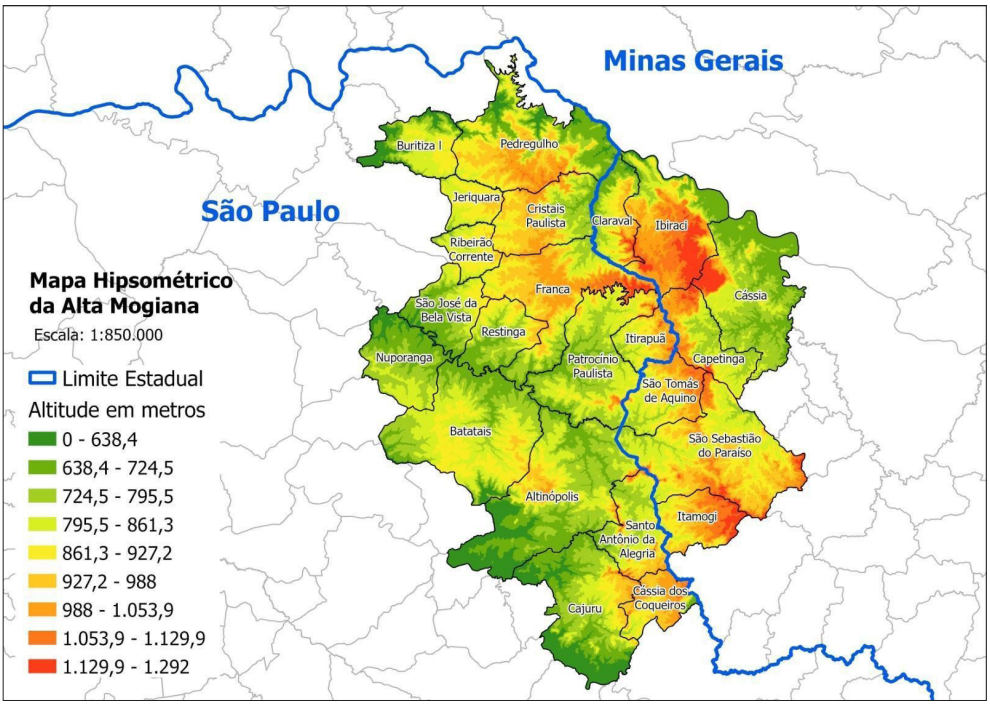
A região da Alta Mogiana tornou-se uma das principais referências da cafeicultura paulista e nacional, especialmente na produção de cafés especiais. Nesse processo, a extensão rural desempenhou papel essencial ao longo das décadas, por meio da atuação contínua dos extensionistas da CATI junto aos cafeicultores e suas organizações. As ações envolveram assistência técnica para melhoria da qualidade do café, incentivo à gestão da propriedade rural, fortalecimento do cooperativismo e associativismo, apoio à adoção de práticas sustentáveis, regularização ambiental e acesso às políticas públicas de crédito e desenvolvimento rural.

Em diferentes momentos, municípios, territórios e organizações alcançaram maturidade institucional para pleitear certificações e registros e contaram com apoio técnico, organizacional e institucional da extensão rural paulista, tanto no atendimento individual aos produtores quanto, sobretudo, no fortalecimento de associações e cooperativas.

No caso da Indicação Geográfica do Café Alta Mogiana, na modalidade Indicação de Procedência, integram a área delimitada os municípios paulistas de Altinópolis, Batatais, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Santo Antônio

da Alegria e São José da Bela Vista, além dos municípios mineiros de Capetinga, Cássia, Claraval, Ibiraci, Itamogi, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. Os municípios paulistas inseridos nesse território são atendidos pela Regional CATI de Franca.

Figura 1. Região da IG do Café da Alta Mogiana.



As ações do PDRS - Microbacias II – Acesso ao Mercado contribuiu ainda com os negócios das organizações, porque teve como objetivo ampliar a competitividade e promover o acesso ao mercado para agricultores familiares organizados em associações e cooperativas paulistas. No âmbito desse Projeto, por exemplo, a COOCAPEC recebeu recursos destinados à modernização de sua torrefação, fortalecendo a agregação de valor ao café regional e ampliando as oportunidades de mercado para os produtores familiares vinculados à cooperativa. A forte organização social, formada em sua maioria por pequenos produtores da agricultura familiar e historicamente estimulada pelas ações de extensão rural da CATI, configurou um dos principais fatores para o sucesso.

As ações de Ater na ocasião da execução do PDRS – Microbacias II - Acesso ao Mercado com produtores e as organizações rurais da Região da Alta Mogiana foram acompanhadas entre outros pelo técnico da CATI, Benedito Donizetti dos Santos, então lotado na casa de Agricultura de Jeriquara, CATI Regional de Franca. Segundo ele:

> “Por volta de 2009 os cafeicultores de Jeriquara, desconheciam técnicas de qualidade, colhiam os grãos misturados manualmente e comercializavam o produto como tipo 6, bebida dura, obtendo má remuneração. As propriedades não atendiam aos critérios de sustentabilidade para certificação e os produtores careciam de organização. Para reverter esse cenário e acessar o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, a CATI apoiou a criação da Associação dos Produtores Rurais de Jeriquara (APRMJ) em 2009. Inicialmente, a APRMJ oferecia o beneficiamento de café com um maquinário móvel cedido pela prefeitura. A entidade precisava estruturar um Plano de Negócios com viabilidade econômica, conforme regramento do Projeto. Com o Plano de Negócios aprovado (2013), houve a aquisição de uma colheitadeira, carretas, equipamentos para sala de provas e medidor de umidade, viabilizando a colheita seletiva e mecanizada, reduzindo custos e gerando lotes mais homogêneos e valorizados. Estimulados pelo progresso, os produtores aprovaram a busca pela Certificação Internacional FairTrade, focada em padrões econômicos, ambientais e sociais. A CATI organizou intercâmbios com outras organizações, como cooperativa de Pratânia e Varginha e a certificação foi conquistada em 2014. Em 2015, a APRMJ iniciou as vendas certificadas, recebendo R$ 740,00 por saca, enquanto o mercado físico pagava R$ 350,00. Com os lucros do FairTrade, a Associação financiou a contrapartida de um segundo Plano de Negócios aprovado em 2015, destinado à construção de sua sede própria. Simultaneamente às ações da CATI em Jeriquara, a Associação Alta Mogiana Specialty Coffees - AMSC obteve em 2013, o registro de Indicação de Procedência (IP) para a Alta Mogiana junto ao INPI. Este registro abrange 15 municípios, valorizou o café regional e deu visibilidade global à qualidade do produto, aquecendo a economia local e regional. Esses avanços transformaram a cafeicultura e estimulou produtores a investir em cafés orgânicos, fermentados, novas cultivares e participação em concursos de qualidade. Um impacto crucial foi a consolidação da sucessão familiar: o novo cenário motivou jovens a assumirem a gestão do agronegócio, garantindo a continuidade de uma produção sustentável nos pilares econômico, ambiental e social.”

Conforme mencionado, as ações de Ater são fundamentais para o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais e locais, podendo também dialogar com outros setores. Observa-se, ainda, uma crescente integração entre a cafeicultura da Alta Mogiana e o turismo rural, especialmente por meio da valorização cultural e territorial do café. Diversos municípios que compõem a área geográfica da Indicação Geográfica do Café da Alta Mogiana demonstram grande potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas à produção cafeeira, o que fortalece a identidade regional e agrega valor aos produtos vinculados ao território. Esse movimento evidencia a importância da extensão rural não apenas no âmbito produtivo, mas também na articulação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, na diversificação econômica e na valorização do rural.

5. A CONTRIBUIÇÃO DO SEBRAE NA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

A construção da Indicação Geográfica (IG) do Café da Alta Mogiana foi resultado de um processo de articulação institucional, fortalecimento da governança e valorização dos cafés especiais da região, no qual o Sebrae desempenhou papel estratégico desde as primeiras ações estruturadas. O reconhecimento da IG ocorreu em 2013, pelo INPI, na modalidade de Indicação de Procedência (IP), tornando a Alta Mogiana uma das primeiras regiões brasileiras de cafés especiais a conquistar esse registro. O processo havia sido iniciado em 2007 pela Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana (AMSC). Ao longo da trajetória, o Sebrae atuou como agente de mobilização, capacitação e integração entre os diferentes atores da cadeia produtiva. As ações envolveram concursos de qualidade do café, oficinas de planejamento, dias de campo, cursos técnicos, palestras e atividades voltadas à sustentabilidade, qualidade e rastreabilidade da produção.

Naquele período, a região ainda enfrentava desafios estruturais, com baixa participação e inclusão de pequenos produtores. Com apoio do Sebrae, foram realizadas ações de capacitação e sustentabilidade baseadas no Currículo de Sustentabilidade do Café (CSC), voltadas à qualificação desses produtores.

Foram realizadas oficinas de planejamento participativo pelo Sebrae, em Franca, voltadas às estratégias da IG, além de dias de campo promovidos em parceria entre Sebrae e AMSC, com foco em qualidade, sustentabilidade e capacitação técnica dos produtores.

Um marco importante foi a missão técnica ao Cerrado Mineiro, em 2014, organizada com apoio do Sebrae, permitindo aos produtores conhecer experiências consolidadas de governança, certificação e comercialização de cafés com IG. A iniciativa contribuiu para amadurecer a visão estratégica da região sobre diferenciação territorial e agregação de valor.

O Sebrae também teve papel relevante na mediação institucional e no fortalecimento da governança regional, promovendo diálogos entre produtores, cooperativas e instituições parceiras em torno da construção de uma estratégia coletiva para a IG da Alta Mogiana.

Nos anos seguintes o projeto ganhou maior robustez com ações voltadas à comunicação territorial, participação em feiras nacionais e internacionais, desenvolvimento do sistema de rastreabilidade, cadastro de propriedades e fortalecimento da inserção da região no mercado de cafés especiais. Nesse período, a Alta Mogiana também ganhou visibilidade internacional por meio de ações promovidas pelo Sebrae durante a Expo

Milão. Assim, o Sebrae continuou apoiando estudos técnicos, pesquisas e discussões sobre a evolução da IG para uma futura Denominação de Origem (DO), reforçando temas como identidade territorial, caracterização ambiental, qualidade da bebida e governança.

A trajetória da IG da Alta Mogiana demonstra que o reconhecimento territorial vai além do registro formal, dependendo de articulação institucional contínua, alinhamento entre os atores locais e estratégias permanentes de valorização do território processo no qual o Sebrae teve e tem atuação constante na consolidação da região como referência em cafés especiais no Brasil. Para tanto, somente em 2025 foram realizados cerca de 45 eventos para informação e capacitação , entre dias de campo, seminários e cursos sobre diversos assuntos que envolvem a cafeicultura e a IG da Alta Mogiana. Por essas capacitações passaram mais de 2500 pessoas.

O relato aqui apresentado demonstra o comprometimento do Sebrae com a IG da Alta Mogiana integrado ao desenvolvimento sustentável, econômico e social da região.

6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

É importante salientar que, ao compreender a Governança Territorial das Indicações Geográficas em suas diferentes escalas, o presente trabalho trouxe à baila, por meio de memórias e relatos institucionais, o papel fundamental das instituições no estado de São Paulo.

O texto buscou analisar os gargalos enfrentados no âmbito da Governança Territorial, mas, sobretudo, trazer à luz a relevância das ações desenvolvidas, em diferentes épocas, pelo MAPA, pela CATI e pelo Sebrae. Evidenciou-se a importância do MAPA no que tange ao seu caráter precursor e inovador no fomento às Indicações Geográficas e na sensibilização do território. No que concerne à CATI, destaca-se o estrito cumprimento de sua missão na extensão rural e na capacitação dos produtores locais da Alta Mogiana. Essas ações se coadunam com o papel preponderante do Sebrae na formatação de cursos, capacitações e estratégias de sensibilização regional.

Faz-se necessário destacar a tríade aqui estabelecida por meio dessa matriz institucional conforme a perspectiva de North (1991), que permeia o elo de Governança Territorial na Indicação de Procedência Alta Mogiana. Torna-se compreensível ressaltar que as discussões e ações não se esgotam nos relatos e memórias imbuídos ao longo deste capítulo, mas configuram-se como um imperativo na busca por uma Governança Territorial que compreenda as IGs como efetivos vetores de Desenvolvimento Territorial. Tais dinâmicas convergem e dialogam com as expectativas e caminhos trilhados pela cafeicultura na IP Alta Mogiana, tornando a atuação das referidas instituições uma condição vital para a efetividade e a sobrevivência da Indicação Geográfica.

Por fim, recorre-se mais uma vez a autores como Dallabrida (2022), D'Alexandria e Acácio (2026) e D'Alexandria e Ananias (2026), os quais apontam a importância da coesão a partir de uma Governança Territorial que se paute na realidade local para compreender as demandas e vulnerabilidades dos atores que ali vivem. Somente por meio desse alinhamento será possível assegurar as condições necessárias para que as Indicações Geográficas alcancem longevidade e sucesso no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil, 2019. Decreto nº 9.667, de 2 de Janeiro de 2019 MAPA, Manual de Indicações Geográficas - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Fev 2026. Consulta em abril/2026 https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki

COOCAPEC. Secretário de Agricultura de SP entrega melhorias na torrefação com recurso do Projeto Microbacias II. https://www.cocapec.com.br/noticias/secretario-de-agricultura-de-sp-entrega-melhorias-na-torrefacao-com-recurso-do-projeto-microbacias-ii . Disponível em: COOCAPEC. Acesso em: 11 maio 2026.

Governo do Estado de São Paulo. Rotas do Café de São Paulo. Disponível em: Rotas do Café SP. https://www.rotasdocafe.sp.gov.br/rotas-cafe-sp Acesso em: 11 maio 2026.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança Territorial: a práxis do desenvolvimento territorial. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

D'ALEXANDRIA, M.; ACÁCIO, B. **Panorama das indicações geográficas: características e desafios**. In: OLIVEIRA, Rubmara Ketzer; SPERS, Eduardo Eugênio (org.). Fomento às indicações geográficas e marcas coletivas: volume 1: o caso da Canastra. 1. ed. Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.

D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista; ANANIAS, Eduardo Vieira. Geografia, cultura e resistência: o marolo de Paraguaçu/MG e a busca pela indicação de procedência. **In**: D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista (org.). **Geografia, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial**. [*S. l.*]: [*s. n.*], 2026. p. 103-117. DOI: 10.46550/978-65-6135-229-1.103-117.

Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Documentos institucionais e políticas públicas de extensão rural e desenvolvimento sustentável.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Programas e ações de desenvolvimento rural sustentável.

Manual de Indicações Geográficas - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Fev 2026. Consulta em abril/2026 https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki

MITIDIERI, F.J. Fórum Estadual de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas: entregar valor aos produtores e consumidores de produtos com origem reconhecida. Boletim MarkEsalq Ano 12 Nº 94/junho 2024. https://www.markesalq.com.br/boletim-markesalq

NORTH, Douglass C. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SOBRE OS ORGANIZADORES

RUBMARA KETZER OLIVEIRA

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Pós-doutoranda (Bolsa FAPESP no 2024/17498-6) na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP). Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui MBA em Gestão Escolar e MBA em Data Science & Analytics (USP), além de especialização em Solos e Nutrição de Plantas (ESALQ/USP). Seus interesses de pesquisa e atuação profissional concentram-se nas áreas de Gestão, Educação, Inovação e Tecnologias.

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6963-3074

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Realizou pós-doutorado na Wageningen University & Research (WUR – Países Baixos) e doutorado em Administração na Universidade de São Paulo (USP – Brasil). Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor titular e chefe do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8057-3460

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agregação de valor 15, 50, 63, 69, 75, 94, 96, 102, 104, 112, 115, 154, 155, 159, 160, 163, 166, 173, 174, 178, 186, 189, 192, 201, 209, 210, 219, 227, 230, 233, 236
Alta Mogiana 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 76, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 176, 181, 183, 184, 185, 186, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 227, 230, 232, 239, 241, 243, 245
Autenticidade alimentar 219, 233, 236

C

Cadeia do café 51, 58, 75, 92, 171, 178, 179, 180, 184, 185, 189, 192, 193, 199, 211
Café 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 39, 40, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 155, 156, 159, 164, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246
Café especial 1, 2, 3, 6, 7, 59, 69, 82, 109, 121, 164, 209, 210, 219, 224, 225, 226, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238
Cafeicultura 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 46, 47, 49, 50, 51, 59, 61, 74, 75, 77, 78, 82, 86, 88, 89, 93, 101, 103, 105, 109, 111, 113, 115, 116, 141, 156, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 182, 184, 190, 195, 201, 204, 208, 209, 211, 213, 217, 224, 227, 232
Cafés especiais 1, 2, 3, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 29, 35, 37, 38, 40, 46, 47, 49, 58, 59, 61, 68, 69, 72, 77, 82, 84, 90, 91, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 139, 141, 163, 165, 173, 174, 180, 181, 195, 201, 206, 207, 208,

211, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 236, 238, 239, 243, 244, 245
Carbono orgânico 26, 27, 29, 43, 44, 45, 46, 48, 49
Comportamento do consumidor 83, 109, 238
Comunicação mercadológica 219
Conflito 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 148, 149, 153, 155, 160, 161, 162
Consumo simbólico 219, 236, 237
Coordenação 22, 51, 52, 59, 61, 75, 76, 92, 96, 97, 108, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 139, 141, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 178, 190, 191, 192, 195, 197, 199

D

Desenvolvimento regional 16, 17, 23, 25, 76, 81, 92, 96, 108, 110, 111
Desenvolvimento territorial 9, 11, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 77, 78, 92, 94, 100, 103, 105, 106, 123, 141, 145, 160, 164, 170, 174, 176, 177, 184, 200
Diferenciação mercadológica 108, 109, 112, 120, 146, 148, 178, 189, 192, 206, 207, 212, 228

E

Economia da experiência 219, 236, 237
Ecossistema de inovação 146, 150
Educação rural 164
Emoções 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246
Empreendedorismo 94, 173, 175
Engajamento 1, 3, 5, 7, 8, 116, 120, 156, 169, 194, 220
Ensino técnico 164, 167, 168, 174, 175, 176, 177
Extensão rural 60, 77, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106

F

Formação territorial 9, 10, 23

G

Generatividade 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161
Governança 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 61, 77, 78, 94, 95, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 171, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 199, 202, 203, 211

Governança territorial 5, 18, 95, 96, 99, 105, 106, 108, 110, 112, 113, 116, 135, 146, 148, 151, 160, 184, 192

I

Identidade 13, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 37, 47, 49, 76, 90, 100, 103, 105, 109, 110, 111, 112, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 142, 144, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 170, 177, 188, 195, 197, 207, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 237
Identificação Geográfica 1, 5
Indicação Geográfica 1, 2, 3, 5, 7, 9, 11, 15, 16, 21, 26, 27, 28, 33, 38, 40, 46, 49, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 137, 143, 144, 145, 150, 159, 160, 163, 165, 166, 170, 176, 199, 206, 207, 208, 215, 238, 244, 245
Indicações Geográficas 2, 9, 11, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 50, 52, 58, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 84, 87, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 164, 166, 167, 169, 170, 176, 178, 179, 180, 184, 187, 193, 194, 204, 214, 215, 219, 220, 231, 236, 237, 238

M

Manejo do solo 201, 207, 208, 213
Marketing territorial 122, 219, 231, 233, 236, 237
Mercado mundial de café 51
Motivação 238, 239, 242, 243, 244

N

Neutralidade de carbono 178, 179, 181, 188, 189, 192, 199

O

Origem 4, 6, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 53, 56, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 146, 148, 149, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 174, 177, 178, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 208, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 236, 238, 241, 243, 244, 245

P

Planejamento estratégico 97, 108, 109, 110, 118, 120, 175

Poder 6, 7, 16, 124, 127, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 167, 179, 201

R

Regulamentos oficiais 94
Resiliência produtiva 27, 188

S

SAG do café 51, 52, 58, 59, 60, 61, 71, 73, 74, 75
Sensoriamento remoto 27, 29, 42
Setor cafeeiro 51, 52, 111, 113, 115, 142, 144, 169, 170, 173, 174, 178, 181, 185
SSGI 179, 184, 185, 194, 196, 199
Stakeholders 1, 2, 3, 5, 6, 7, 108, 207
Sustentabilidade 5, 9, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 49, 50, 60, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 89, 103, 104, 107, 112, 117, 118, 121, 136, 140, 141, 143, 164, 167, 171, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 216, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236

T

Território 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 29, 46, 48, 49, 76, 82, 83, 84, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 105, 107, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 170, 176, 177, 178, 184, 185, 187, 191, 194, 197, 200, 206, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 235, 236, 238, 241, 243, 244
Turismo rural 7, 9, 100, 103, 116, 117, 141, 199, 201

V

Variabilidade climática 27, 32

EDITORA ARTEMIS
2026